



Demonstrações
Financeiras

**1º SEMESTRE
2026**

Identificação Institucional

Denominação:	Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Telefone:	(22) 2665-5786 ou (22) 2665-2417
Site Institucional:	www.socinal.com.br
Endereço:	Av. Brasil, 10 - 4º andar, Centro, Araruama - RJ
CNPJ:	03.881.423/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 30 DE JUNHO DE 2026

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da **Socinal S.A Crédito, Financiamento e Investimento**, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentam as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho 2026, acompanhadas das correspondentes Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

1. A Instituição

Em um semestre marcado por inflação persistente e taxas de juros restritivas, o sistema financeiro operou sob forte exigência de eficiência frente ao custo de capital e elevado investimento em tecnologia. A Socinal respondeu com agilidade, acelerando investimentos na modernização de seus sistemas e no reforço dos protocolos de segurança, visando maior eficiência operacional e melhor governança de seus controles internos e de riscos. Com ênfase especial nos serviços bancários, meios de pagamento e cobrança bancária, a **Socinal** reafirma sua essência como uma instituição voltada à tecnologia financeira e à oferta de soluções bancárias inovadoras.

A instituição alcançou um faturamento com serviços de **R\$ 11,23 milhões** e resultado operacional bruto de **R\$ 1,69 milhão** nessa linha de negócio. A carteira de crédito total expandiu **20,41%**, encerrando o período em **R\$ 427,69 milhões**.

O segmento de direitos creditórios imobiliários, direcionado à geração de crédito para aquisição de imóveis na planta e loteamentos residenciais, representa 93,14% do volume total da carteira. Esse portfólio tem se mostrado resiliência em termos de liquidez, apresentando índices de inadimplência inferiores à média do mercado e uma duration média de 7,5 anos.

As demais linhas de crédito, embora com participação menos expressiva, estão concentradas em empréstimos pessoais consignados e não consignados, capital de giro para empresas e financiamento imobiliário com garantias reais.

O lucro líquido do semestre totalizou R\$ 1,78 milhões, enquanto o patrimônio líquido ajustado atingiu R\$ 73,2 milhões.

No âmbito regulatório e prudencial, a Socinal está enquadrada no segmento de nível S4, com Índice de Basileia de 17,99%, permanecendo acima do limite mínimo exigido para instituições enquadradas de 8,5% mais 2,5% de capital complementar de nível I.

A instituição também encerrou o semestre em conformidade com os novos marcos regulatórios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, Resolução BCB nº 352, além das diretrizes contábeis IFRS.

A administração reafirma seu compromisso com o planejamento estratégico, definido em conjunto com os acionistas, voltado à busca de maior eficiência tributária, administrativa

e operacional da empresa, com foco em serviços financeiros e operações mais pulverizados e com menor nível de inadimplência.

2. Ouvidoria

A ouvidora da Socinal mantém registro histórico de todas as ocorrências e atendimentos e não há registros de ocorrência sem solução formal fora do prazo regimentar. Nossa estrutura de Ouvidoria atende integralmente aos requisitos da legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado, com ampla divulgação em nosso site institucional (www.socinal.com.br), em nossa sede e por meio de correspondentes. O relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010, está disponível, auditado e em conformidade.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal mantém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos relacionados à segurança operacional, de crédito, de liquidez e segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou os relatórios dos sistemas de controles internos, os de auditoria interna e o parecer da auditoria externa para o risco operacional, e mantém periodicamente os controles eletrônicos e de processos, sempre que demandado, aprovando seu conteúdo e acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção de riscos.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura compatível com o porte da instituição, onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional, de liquidez, de mercado e socioambiental fazendo a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como o monitoramento do risco socioambiental e climático em suas operações e inter-relações com fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores.

A Socinal adota diretrizes de Governança Corporativa exercidas pelo Comitê de Controles Internos e Risco, com propósito de proteger o patrimônio da instituição, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital encontram-se disponíveis em nosso site institucional (www.socinal.com.br).

A Administração agradece o apoio e colaboração de todos os acionistas, funcionários, clientes, investidores e parceiros, fundamentais para o contínuo desenvolvimento da **Socinal**.

A Administração.

Araruama/RJ, 20 de agosto de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2026
 (Em milhares de reais Reais)


Ativo	Notas explicativas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Disponibilidades	3	1.538	17.544
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	30.999	7.999
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		30.999	7.999
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	3	10.834	10.134
Titulos de Renda Fixa		10.834	10.134
Relações Interfinanceiras		8.786	600
Créditos Vinculados		8.786	600
Operações de Créditos		3.905	28.690
Setor Privado	4	4.034	37.541
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(129)	(8.851)
Outros Créditos		48.668	8.561
Operações com Características de Conc. de Crédito		38.070	-
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(850)	-
Diversos	5	11.448	8.561
Outros Valores e Bens		4.648	4.565
Bens não de Uso	6	4.468	4.468
Despesas Antecipadas		180	97
Total do ativo circulante		109.378	78.093
Operações de Créditos		24.484	359.390
Setor Privado	4	25.294	359.390
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(810)	-
Outros Créditos		352.253	-
Operações com Características de Conc. de Crédito		360.300	-
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(8.047)	-
Imobilizado Líquido	7	2.301	2.341
Total do ativo não circulante		379.038	361.731
Total do ativo		488.416	439.824

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2026
 (Em milhares de reais Reais)


Passivo	Notas explicativas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Depósitos	8.1	43.679	43.936
Depósitos a Prazo		43.679	43.936
Recursos e Aceites Cambiais	8.2	37.351	21.202
Recursos e Aceites Cambiais		37.351	21.202
Outras Obrigações	8.3	6.022	5.509
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		1.053	681
Sociais e Estatutárias		332	616
Fiscais e Previdenciárias		3.485	2.296
Diversas		1.152	1.916
Total do passivo circulante		87.052	70.647
Não circulante			
Depósitos	8.1	325.992	281.664
Depósitos a Prazo		325.992	281.664
Recursos e Aceites Cambiais	8.2	2.155	18.083
Recursos e Aceites Cambiais		2.155	18.083
Total do passivo não circulante		328.147	299.747
Patrimônio líquido			
Capital social		56.042	16.042
Aumento de Capital		-	10.000
Reservas de lucros		17.175	43.388
Total do patrimônio líquido	10	73.217	69.430
Total do passivo e patrimônio líquido		488.416	439.824

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Em milhares de reais Reais)


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas explicativas	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita da Intermediação Financeira		34.402	28.050
Operações de Créditos		27.020	26.079
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vtrs. Mobiliários		2.892	1.971
Rendas de Outas Op. Com Caract. de Crédito		4.490	
Despesas da Intermediação Financeira		(25.989)	(21.010)
Operações de Captação no Mercado		(25.989)	(21.010)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			
Resultado da Intermediação Financeira		8.413	7.040
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(5.397)	1.871
Receitas de Prestação de Serviços	11.1	11.234	10.521
Despesas de Pessoal		(1.740)	(1.563)
Outras Despesas Administrativas	11.2	(3.961)	(3.035)
Despesas Tributárias		(1.505)	(1.372)
Outras Receitas Operacionais		113	4.085
Outras Despesas Operacionais	12	(9.538)	(6.765)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		3.016	8.911
Resultado Não Operacional		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.229)	(1.954)
Provisão para Imposto de Renda		(759)	(1.217)
Provisão para Contribuição Social		(470)	(737)
Lucro líquido do semestre/exercício	9	1.787	6.957
Quantidade de ações		50.700	12.700
Resultado por ação		0,035	0,548

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	Notas explicativas	30/06/2026	30/06/2025
Lucro Líquido do semestre		1.787	6.957
Outros Resultados Abrangentes			
Lucro Abrangente		1.787	6.957

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2026
 (Em milhares de reais Reais)


DMPL	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a realizar	Reserva de Lucros		Lucro / Prejuízo Acumulado	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.042	-	-	2.179	39.076	-	57.297
Lucro líquido do semestre						6.957	6.957
Destinações do lucro:							-
Reservas Legal				348		(348)	-
Juros Sobre o Capital Próprio							-
Reserva Especial de Lucro					6.609	(6.609)	-
Impacto Resolução 4.966					(7.486)		(7.486)
Saldos em 30 de Junho de 2025	16.042	-	-	2.527	38.199	-	56.768
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.042	48.000	(38.000)	2.691	40.697	-	69.430
Aumento de Capital	40.000	(12.000)			(28.000)		-
Capital a Realizar		(28.000)	30.000				2.000
Lucro líquido do semestre						1.787	1.787
Reservas Legal							-
Distribuição de Lucro:							
Juros Sobre o Capital Próprio							-
Reserva Especial de Lucro					1.787	(1.787)	-
Impacto Resolução 4.966							-
Saldos em 30 de Junho de 2026	56.042	8.000	(8.000)	2.691	14.484	-	73.217

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Em milhares de reais Reais)


	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre/exercício	1.787	6.957
Depreciação e Amortizações	93	88
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	984	(2.448)
Lucro líquido ajustado	2.864	4.597
Variações nas contas do Ativo e do Passivo		
Redução (aumento) de Operações de Crédito	367.604	(31.884)
Redução (aumento) em Outros Créditos	(401.257)	(1.653)
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	(83)	543
Aumento (redução) em Depósitos a prazo	44.071	50.730
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	220	(5.875)
Aumento (redução) em Outras Obrigações	514	1.151
	11.069	13.012
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.933	17.609
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(53)	(3)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(53)	(3)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Entrada de Recursos Acionista / Aumento de Capital	2.000	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	2.000	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.880	17.606
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no início do semestre/Ano	36.277	29.417
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no final do semestre/Ano	52.157	47.023
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	15.880	17.606

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho 2026
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma)**1- Contexto Operacional**

A Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A Socinal tem foco no segmento de prestação de serviço para plataformas de crédito *online* (*fintechs*) e Fundos de direitos creditórios no modelo BaaS – *banking as a service* e participa como originador e cedente de créditos ofertados nestas plataformas especializadas. A carteira proprietária está composta por empréstimos pessoais para aquisição de lotes e casas residenciais, capital de giro para pequenas e médias empresas e na aquisição de direitos créditos descontados oriundos de vendas parceladas de empreendimentos a performarem parceria com empresas de incorporação e de empreendimentos imobiliários em nossa região de atuação. A captação de recursos é feita por intermédio da emissão de certificado de depósitos a prazo e letras de câmbio por meio de plataforma online própria ou por corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investimentos.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho 2026, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Instituição em 20/08/2026.

A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão devidamente evidenciadas, e que tais informações correspondem àquelas efetivamente utilizadas pela Administração na condução de suas atividades de gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 alterou, a partir de 01/01/2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução, a Instituição passou a apresentar como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

Pronunciamento Emitido pelo CPC	Resolução CMN
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1)	4.144/12
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19
CPC 26 – Demonstração do Resultado Abrangente	BCB nº 2/20

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da Sociedade. **(Nota 3)**

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo, quando apresentado, é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado "*pro rata die*" pelos respectivos indexadores e taxas de juros.

(d) Operações de Crédito

A carteira é composta por produtos de Crédito Pessoal – Consignado em Folha e Crédito Pessoal e Empréstimos Pessoais – 1,04%, Capital de Giro – 2,03%, Financiamentos – 3,79% e Direitos Creditórios – 93,14%. Desse total, 2,30% estão provisionados como perda incorrida e perda esperada. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração, levando-se em consideração: os limites operacionais legais, as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação

econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. **(Nota 4).**

Para as operações de crédito é adotada a metodologia simplificada da Resolução BCB nº 352/23, considerando os ativos em carteiras de grupos homogêneos de risco para apurar o risco de crédito. A definição dos grupos em carteiras são:

Carteira 1 (C1): *Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.*

Carteira 2 (C2): *Créditos de arrendamento mercantil; Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança.*

Carteira 3 (C3): *Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do SFN e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios.*

Carteira 4 (C4): *Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.*

Carteira 5 (C5): *Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido anteriormente e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos anteriormente; Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos anteriormente.*

A mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito é realizada com base na segmentação da carteira por faixas de atraso, que variam de “0 a 14 dias” até “igual ou superior a 21 meses”, às quais são aplicados percentuais de perda compatíveis com o histórico de inadimplência e expectativa de recuperação.

As receitas de juros das operações de crédito com atraso superior a 90 dias são suspensas quando há evidência de que a obrigação não será honrada pelo devedor, deixando de ser reconhecidas no resultado até que haja regularização ou efetiva recuperação.

As operações de crédito são baixadas contra provisão para perdas esperadas quando não há expectativa razoável de recuperação dos valores, observadas as políticas internas e evidências objetivas de perda.

(e) Outros Créditos

Referem-se ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – país e os impostos e contribuições a compensar. **(Nota 5)**

(f) Outros Valores e Bens

Os valores registrados referem-se à realização de garantias por meio de dação em pagamento, decorrentes da baixa de operações de financiamentos imobiliários, com a consequente retomada dos respectivos imóveis para posterior alienação.

A Sociedade conduz tais processos com a devida formalização, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 1.273.

Os imóveis retomados foram submetidos a avaliação por profissionais habilitados, mediante a contratação de empresa especializada, assegurando a adequada mensuração de seus valores. **(Nota 6)**

(g) Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte. **(Nota 7)**

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os saldos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos incorridos, cálculos “*pro rata die*”, e deduzidos das respectivas despesas a apropriar, bem como atualizados por correção monetária, quando aplicável. Estão incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e Outras Obrigações. **(Nota 8)**

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos

No primeiro semestre de 2026, foram constituídas provisões para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à alíquota-base de 15% sobre o resultado tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no exercício. Adicionalmente, foi constituída provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda e demais normas aplicáveis.

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

(j) Mudança nas principais políticas contábeis

Normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução estabelece os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis à classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como à constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros.

As principais alterações nos critérios contábeis são:

- Classificação dos ativos financeiros com base no modelo de negócio da instituição para gestão de financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos;
- Classificação dos passivos financeiros na categoria custo amortizado;
- As receitas e encargos de instrumentos financeiros serão reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, *pro rata temporis*, utilizando-se o método de juros efetivo;
- A constituição de provisão em montante deverá ser realizada com base na perda esperada associada ao risco de crédito de instrumentos financeiros, já na data da concessão do crédito e com reavaliação periódica sempre que houver indícios de deterioração da capacidade creditícia do tomador do crédito ou do emissor do instrumento financeiro, não sendo necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023.

Dispõe sobre os procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para:

- Definir os fluxos de caixa futuros de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal;
- Aplicar a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituir a provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e
- Evidenciar informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas as demonstrações financeiras.

3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidade em moeda nacional (a)	1.538	17.544
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	30.999	7.999
Titulos e Valores Mobiliários	10.134	10.134

(a) Disponibilidades são representadas por depósitos bancários mantidos em contas de livre movimentação.

4- Operações de Crédito

Cumprindo o disposto no artigo 105 da Resolução BCB nº 352/2023, demonstra-se a seguir a classificação de risco atribuída às operações de crédito no semestre atual, em conciliação com o semestre anterior, bem como os respectivos níveis de provisão para perdas constituídas nos termos da nova regulamentação:

Apuração de Provisão de Risco								
Produto	jun/26				dez/25			
	Saldo 06-2026	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão	Saldo 12-2025	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão
Crédito Pessoal e Consignado	4.427	20	257	277	6.032	160	264	424
Empréstimo Capital de Giro	8.691		134	134	2.602		49	49
Direitos Creditórios	398.370		8.898	8.898	372.274		8.144	8.144
Financiamento Imob. Residencial	16.210	194	333	527	16.023		234	234
Total = = = = > > > > > > > > >	427.698	214	9.622	9.836	396.931	160	8.691	8.851

Carteira por nível de risco e faixa de vencimento:					
Carteira	Nível	jun/26		dez/25	
		Sld. Contábil 06-2026	Provisão de Risco	Sld. Contábil 12-2025	Provisão de Risco
Capital Giro	A vencer	8.691	134	9.215	151
	Total	8.691	134	9.215	151
Consignado	A vencer	811	4	841	4
	Venc. até 90 dias	4		1	
	Venc. de 91 a 180 dias	26	15	14	9
	Venc. de 181 a 360 dias	8	6		
	Venc. c/ mais de 361 dias				
	Total	849	25	856	13
Crédito pessoal	A vencer	3.071	204	3.351	63
	Venc. até 90 dias	507	48	601	142
	Venc. de 181 a 360 dias			5	3
	Total	3.578	252	3.957	208
Direitos creditórios	A vencer	327.640	6.225	312.390	6.071
	Venc. até 90 dias	70.730	2.673	58.304	2.042
	Total	398.370	8.898	370.694	8.113
Imobiliário	A vencer	14.819	207	10.974	156
	Venc. até 90 dias	1.169	118	1.013	55
	Venc. de 91 a 180 dias			222	156
	Venc. c/ mais de 361 dias	222	202		
	Total	16.210	527	12.209	367
Total		427.698	9.836	396.931	8.852

5- Outros Créditos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
¹ Comissões e Corretagens a receber	432	486
² Adiantamento ao FGC	2.059	-
³ Adiantamento e Antecipações Salariais	48	1.097
⁴ Ativos Fiscais Diferidos de Imposto	1.014	-
⁵ Impostos e Contribuições a Compensar	5.200	3.983
⁶ Títulos e Créditos a receber	2.695	2.995
Total	11.448	8.561

¹ Comissões e corretagens a receber geradas por operações de negociação com parceiros;

² Valores adiantados ao Fundo Garantidor de Crédito;

³ Adiantamento as antecipações concedidas a funcionários e a diretores;

⁴ Ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuições oriundos de prejuízo fiscal;

⁵ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura;

⁶ Saldo de valores a receber representados por títulos de crédito, que não se caracterizam como operações de crédito.

6- Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

Em 30 de junho 2026, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 30/06/2026	Saldo 31/12/2025
Imóveis	4.468	4.565

Correspondem a bens imóveis disponíveis para venda, avaliados a valor justo (valor de mercado), recebidos de clientes da Sociedade por meio de dação em pagamento, e que não se destinam ao uso nas atividades operacionais. Eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

7- Imobilizado

O ativo fixo da Sociedade está assim composto:

Conta	Saldo 30/06/2026	Saldo 31/12/2025
Edificações	3.242	3.242
Móveis e equipamentos de uso	381	381
Sistema de processamento de dados	362	309
(-) Depreciação acumulada	(1.684)	(1.591)
Total	2.301	2.341

8- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

8.1 Depósitos a Prazo

	30/06/2026	31/12/2025
RDB - Recibo de Depósito Bancário	12.493	9.443
CDB - Certificado de Depósito Bancário	355.600	312.804
Outros Depósitos	1.578	3.353
Total	369.671	325.600
Passivo circulante	43.679	43.936
Passivo não circulante	325.992	281.664
Total	369.671	325.600

8.2 Letras de Câmbio

	30/06/2026	31/12/2025
LC - Recurso de Aceite Cambial	39.506	39.285
Total	39.506	39.285
Passivo circulante	37.351	21.202
Passivo não circulante	2.155	18.083
Total	39.506	39.285

8.3 Outras Obrigações

Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

	30/06/2026	31/12/2025
(i) Cobrança e Arrecadações Tributárias	1.053	680
(ii) Sociais e Estatutárias	332	616
(iii) Fiscais e Previdenciárias:	3.485	2.297
IRPJ a recolher	759	-
CSL a recolher	470	-
Impostos e contrib. s/serv. de terceiros	31	106
Impostos e contrib. s/salários	94	107
Outros	921	1.017
Provisões para Imp. e Contribuições	1.210	1.067
(iv) Diversos (a)	1.152	1.916
Total (i+ii+iii+iv)	6.022	5.509

9- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Cálculo IRPJ e CSLL		01/01 a 30/06/2025
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	45.749
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(42.734)
Resultado antes da Tributação sobre o lucro e das participações societárias		3.015
6.1.5.80.30 - Juros sobre o capital próprio		(870)
Adições	(+)	989
Exclusões	(-)	
Lucro Antes da Compensação do Prejuízo		3.134
Saldo Prejuízo Fiscal		(51)
Base Tributável (Lucro Real após Compensação do Prejuízo)		3.083
I.R.	15%	463
I.R. Adicional	10%	296
IRPJ Devido		759
CSLL Devida	17,5%	470
Lucro do Anual		1.786

10- Patrimônio Líquido

Capital Social: totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 56.042.105,26 (cinquenta e seis milhões, quarenta e dois mil, cento e cinco reais e vinte e seis centavos), representado por 50.700.000 (cinquenta milhões e setecentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital e margem operacional, bem como assegurar a conformidade com os requerimentos prudenciais aplicáveis, a Sociedade encontra-se em fase **final** do processo de aumento de capital junto ao Banco Central do Brasil (Processo BCB nº 297071), conforme o Ofício nº 545/2026–BCB/Deorf/GTSP1, aprovado em **02/01/2026**.

Com a conclusão do processo, o capital social será elevado de R\$ 16.042.105,26 para R\$ 64.042.104,71, representado por 50.700.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Esse incremento viabiliza-se pela incorporação de R\$ 28.000.000,00 de lucros acumulados e pelo aporte de R\$ 19.999.999,50 em moeda corrente nacional, do qual 50% foram integralizados no ato e o saldo remanescente será integralizado em até um ano, conforme cronograma aprovado em Ata.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucros ou (Prejuízos) acumulados: Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76. Os juros sobre o capital próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio a título de remuneração aos acionistas. O pagamento dos juros sobre o capital próprio deve ser reconhecido a partir do momento que seja declarado ou proposto e assim configure obrigação presente na data do balanço e registrado em conta específica no Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido	73.217	69.430
Capital Social	56.042	16.042
Aumento de Capital		10.000
¹ Reserva de Lucros	17.175	43.388
Reserva Legal	2.691	2.691
Reserva Especial de Lucro	14.484	48.182

11- Demonstração dos Resultados**11.1 - Receitas de Prestação de Serviços**

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas de Prestação de Serviços	11.234	10.521

Corresponde às receitas de serviços decorrentes da cobrança de tarifas pela confecção de ficha cadastral e de comissão pela originação de operações de crédito decorrentes de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes, que atuam na captação de operações de crédito por meio de plataformas digitais e operações destinadas a fundos de direitos creditórios.

11.2 - Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesa de Água, Energia e Gás	(37)	(34)
Despesa de Aluguéis	(18)	(17)
Despesa de Comunicação	(73)	(67)
Despesa de Manutenção e Conservação	(13)	(2)
Despesa de Material	(44)	(35)
Despesa de Processamento de Dados	(2.519)	(1.455)
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	(13)	(82)
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	(70)	(71)
Despesa de Serviços de Terceiros	(53)	(280)
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	(3)	(2)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	(930)	(800)
Despesa com Viagens	(36)	(42)
Outras Despesas Administrativas	(152)	(148)
Total	(3.961)	(3.035)

As despesas administrativas estão compostas, substancialmente, por:

- despesas com Processamento de Dados, referentes a locação de ambiente em nuvem e a novos sistemas operacionais;
- despesas com consultoria jurídica e financeira; e,
- despesas com serviços do sistema financeiro, em função do crescimento operacional nas áreas de prestação de serviços e de intermediação financeira.

12- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Outras Despesas Operacionais	(9.538)	(6.765)

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos e de títulos e valores mobiliários.

13- Basiléia**Limites Operacionais****Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)**

A Sociedade cumpre o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos que regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

13.1 – INDICADORES DE RISCO (BASILÉIA) E LIMITES OPERACIONAIS

		junho-26
Conta	Descrição	Saldo
100	Patrimônio de Referência (PR)	76.959
110	Patrimônio de Referência Nível I	76.959
111	Capital Principal	76.959
	Ativos Ponderado pelo Risco (RWA)	427.731
700	RWA_{cpad}	324.436
810	RWA_{jur}	2
870	RWA_{opad}	95.870
862	RWA_{drc}	6.199
750	RWA_{sp}	1.222
890	Risco Banking (RBAN)	1.171
150	Limite para imobilização (LI)	38.479
160	Situação para o limite de imobilização	2.301
960	Valor da margem	36.178
Índice de Basiléia		17,99%
Índice de Basileia Ampliado		17,40%

13.2 – LIMITE DE BASILÉIA E SEGMENTAÇÃO

A Socinal solicitou e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em **01 de abril de 2026**, a migração de sua segmentação de S5 para S4, passando a se enquadrar nas regras e limites para este segmento.

A instituição deixa a apuração simplificada de capital do S5 e passa a apurar o índice pelo padrão RWA_{S4} . A exigência central é manter o Patrimônio de Referência (PR) sempre equivalente a, no mínimo, 8% dos seus Ativos Ponderados pelo Risco.

Gerenciamento de risco

A Socinal, enquadrada no segmento S4 faz sua gestão integrada de riscos em conformidade com a Resolução 4.557/2017 em seu art. 3º, sendo (i) compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e, (iii) adequada ao perfil de riscos da instituição. É resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da sociedade, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da Sociedade (CCI) constituído pela diretoria executiva e acionistas que analisam e deliberam anualmente ou a qualquer momento de forma tempestiva, se for o caso, as ocorrências e os relatórios circunstanciados produzidos pela área de controle internos e risco que está segregada das áreas operacionais e de negócios de empresa visando a independência de atuação e conflito de interesses.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da Sociedade, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de não negociação bancárias em expectativa de negociação e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2017, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2017, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da Sociedade estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2017, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da Sociedade devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a Sociedade conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2017, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2017. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela Sociedade se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de risco das operações da Socinal é realizado por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015, sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhadas em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

14- Outros Assuntos – Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que pudessem alterar ou impactar os saldos das demonstrações contábeis de 30 de junho 2026.

DIRETORIA

Jorge Lage Campos

Vanessa Pires Antunes

Rafael de Oliveira Rodrigues

CONTADOR

Contab Control Consultoria Empresarial Ltda.
CRC RJ: 008658/O-9



SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente



SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Balanço patrimonial	4/5
Demonstração do resultado do período.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

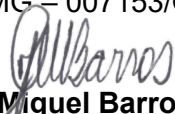
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte/MG, 20 de agosto de 2026.



TJS – Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0


José Miguel Barros de Rezende
Contador CRCMG 056269/O-1